

A Ciência da Informação e os 200 anos da Independência Brasileira

Murilo Bastos da Cunha

Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, DF, Brasil
murilobc@unb.br

Resumo: O editorial comenta a importância de celebrar o Bicentenário da Independência do Brasil, a ser comemorado em setembro de 2022. Independentemente das atividades que possivelmente serão planejadas em outras áreas, o autor sugere que na Ciência da Informação também devam ser pensadas e executadas ações que ajudem a abrilhantar as comemorações do Bicentenário, a saber: novos conteúdos digitais pela Biblioteca Nacional, criação de bases de dados e análise da situação das bibliotecas, arquivos e museus. Neste segundo número de 2017 foram publicados 11 artigos.

Caro Leitor,

Daqui a um pouco mais de cinco anos, em 7 de setembro de 2022, o nosso país irá comemorar os 200 anos da sua independência. Como todo brasileiro aprende desde tenra idade, ainda na escola primária, a chamada proclamação (“Independência ou morte!”), que marcou a nossa emancipação política de Portugal, foi feita por Dom Pedro I, às margens do riacho Ipiranga, na cidade de São Paulo.

Em outros países, geralmente essas efemérides importantes são celebradas por todos os seus habitantes. Nessas ocasiões é comum, entre outras coisas, o lançamento de moedas comemorativas, selos, cartazes e uma enorme e variada parafernália de objetos que refletem o evento especial, mostrando os avanços culturais e sociais de uma determinada nação.

Independentemente das atividades que possivelmente serão planejadas em outras áreas, creio que na Ciência da Informação também devam ser pensadas e executadas ações que ajudem a abrilhantar as comemorações do Bicentenário da Independência Brasileira. Uma miríade de ações poderá ser realizada; a seguir, serão comentadas algumas delas:

- 1) Biblioteca Nacional: é sugerida a ampliação dos conteúdos informacionais da Biblioteca Nacional Digital [URL: <http://bndigital.bn.gov.br/>], sistema voltado à preservação da memória documental brasileira, sob a responsabilidade da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Criada em 2006 e contando em meados de 2017 com mais de 1,5 milhão de documentos de acesso livre, a BN Digital poderia incluir em seus

acervos inúmeros documentos impressos ou não dispersos nos rincões brasileiros. Isto seria uma ótima contribuição para que ela possa atingir os seus principais objetivos traçados na sua criação, a saber:

- “Ser fonte de excelência para a informação e a pesquisa;
- Ser veículo disseminador da memória cultural brasileira;
- Proporcionar conteúdo atualizado e de interesse dos usuários;
- Alcançar públicos cada vez maiores, neutralizando as barreiras físicas;
- Atender interesses das diversas audiências (pesquisadores profissionais, estudantes, público “leigo”);
- Preservar a informação através de sua disseminação;
- Preservar os documentos originais evitando o manuseio desnecessário;
- Ajudar instituições parceiras na preservação e acesso à memória documental brasileira;
- Reunir e completar virtualmente coleções e fundos dispersos fisicamente em diversas instituições;
- Aumentar os conteúdos em língua portuguesa disponíveis na web [...]”
(BIBLIOTECA NACIONAL).

A BN Digital já possui *expertise* na coleta, processamento, hospedagem e disseminação de objetos digitais. Entretanto, para atingir a sugestão proposta de ampliação dos seus acervos serão necessários apoios dos mais diversos, incluindo aí recursos humanos especializados, melhor infraestrutura de informática e, principalmente, a cooperação de outras entidades, nacionais e estrangeiras, na seleção dos documentos a serem digitalizados.

2) Bases de dados

Já em 1989 – dezoito anos atrás – se apontava que

50% das bases de dados de acesso público existentes em nosso País estão distribuídas em duas grandes áreas: Ciência e Tecnologia (C&T) e economia e finanças. Os outros assuntos, embora essenciais, não têm sido considerados pelos produtores nacionais. Precisamos, ainda, de bases de dados que incluam assuntos relativos a temas e problemas brasileiros. Por incrível que pareça, não temos nenhuma base de dados de acesso público sobre as duas grandes manias brasileiras: o futebol e o carnaval. Quem sabe não são segmentos de mercado em potencial? (CUNHA, 1989, p. 53)

A sugestão apresentada em 1989 permanece válida até os dias de hoje. É claro que outros temas para a criação de possíveis bases de dados poderiam ser agregados. Vale ressaltar que, conforme já apontei nesse artigo, que no Brasil, em 1986, existiam 390 bases de

dados produzidas por 79 entidades públicas (CUNHA, 1989, p. 49). Infelizmente, a maioria delas eram de acesso restrito, dificultando, sobremaneira, o acesso por parte do público em geral. É preciso, portanto, que os profissionais e as entidades da Ciência da Informação trabalhem, em conjunto com os setores públicos e privados, para que sejam amenizados os obstáculos “para se chegar à plenitude do direito à informação por parte do cidadão brasileiro” (idem, p. 53).

Ao sugerir a montagem de bases de dados não se deve pensar somente no mercado brasileiro de informação. É vital que nos registros bibliográficos sejam incluídos metadados em português e também em inglês. Ao fazer isto os produtores dessas bases de dados poderão penetrar no mercado internacional (*ibidem*, p. 54). É preciso, à semelhança dos contextos da maioria dos países desenvolvidos, criar uma indústria de informação. Não faz sentido o Brasil, um dos integrantes do chamado grupo de países do G20, não incluir em sua pauta de exportação o item informação – uma *commodity* cada vez mais valiosa.

3) Situação das bibliotecas, arquivos e museus

No período de 15 a 19 de novembro de 1979, foi realizada em Washington (DC) a primeira *White House Conference on Library and Information Services* (WHCLIS). Antes desse evento na capital americana, cada estado norte-americano realizou a sua pré-conferência onde foram discutidos os problemas locais e as necessidades dos serviços bibliotecários e de informação; também foram escolhidos os delegados – entre os cidadãos e os profissionais – que iriam representar o estado na conferência de Washington. Este último aspecto foi importante pois o evento não poderia ser mais um outro evento profissional, ficando estabelecido que o total de delegados estaduais seria formado na proporção de um terço por profissionais da área e dois terços por usuários de bibliotecas, com diversidade de *backgrounds* e que representariam os vários segmentos da sociedade americana.

Esta Conferência foi coroada de sucesso, resultando no maior envolvimento do cidadão na promoção e apoio das bibliotecas, servindo como ponto focal para o planejamento de serviços de informação para as décadas seguintes (LUSKAY, 1979). Vale destacar que o evento foi aberto por Jimmy Carter, que à época ocupava a presidência dos Estados Unidos.

Retornando para o nosso contexto, será que não poderíamos ter algo similar à WHCLIS? Um evento nacional, onde se pudesse discutir as direções futuras das bibliotecas, dos arquivos e dos museus brasileiros. É claro que para que esta ideia seja atingida serão necessários esforços de inúmeras entidades, entre elas, o Arquivo Nacional (AN), Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), Associação Brasileira de Museologia, Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), Associação Brasileira de Profissionais

da Informação (ABRAINFO), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCI/IB), Biblioteca Nacional (BN), Câmara dos Deputados (CD), Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), Conselho Federal de Museologia (COFEM), Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), Gabinete Civil da Presidência da República, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério do Planejamento, Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal.

Parece que convencer as entidades citadas, pertencentes aos três poderes federais, não é uma tarefa trivial. Entretanto, à semelhança da conferência americana – que também passou por essa dificuldade – creio que ela pode ser atingida desde que se comece agora! As nossas bibliotecas, arquivos e museus precisam comemorar condignamente o Bicentenário da Independência Brasileira.

No segundo número da RICI em 2017 foram selecionados para publicação 11 artigos, a saber:

- 1) “Avaliação de bibliotecas escolares: a qualidade está nos olhos de quem a vê”, de Patrícia de Almeida. O artigo aborda um estudo de caso sobre o Modelo de Avaliação da Biblioteca Escolar, desenhado pela Rede de Bibliotecas Escolares e utilizado em Portugal.
- 2) “Integração da Competência em Informação no contexto das bibliotecas vivas”, de Rafaela Carolina da Silva, Maria José Vicentini Jorente e Rosângela Formentini Caldas. O artigo discute como a biblioteca híbrida pode se tornar um local que impulsiona a aprendizagem e promove a competência informacional.
- 3) “Bibliotecário *help desk*: percepção e desafios em relação à competência e mediação da informação”, de Denise Braga Sampaio, Gabriela Belmont de Farias e Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia. Apresenta pesquisa realizada com os bibliotecários que atuam como *help desk* do Portal de Periódicos da Capes.
- 4) “Pensando e repensando o documento”, de Alexandre Carlos Gugliotta. O artigo apresenta as diversas visões de diferentes autores em torno do documento como objeto de pesquisa no campo da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação.
- 5) “Mediação na Ciência da Informação: uma análise bibliométrica na coleção Benancib”, de Maria Giovanna Guedes Farias e Gabriela Belmont de Farias. O artigo mostra que é possível entender os caminhos percorridos pela mediação da informação como aporte conceitual e pragmático ligada a objetos diversos na nossa área, durante um considerável período de tempo.
- 6) “Os repositórios das universidades federais do Brasil e suas políticas de informação”, de Claudia Carmem Baggio e Úrsula Blattmann. Esta pesquisa tem por objetivo a identificação das políticas implantadas nos repositórios das 63 Universidades Federais do Brasil onde se pôde compreender a importância de fomentar mecanismos para dar visibilidade à produção acadêmica.
- 7) “Aplicação do método *storytelling* de gestão do conhecimento para a constituição da memória organizacional do movimento *Shindo Renmei*”, de Natacha Kajimoto e Marta Lígia Pomim Valentim. Apoiando-se na gestão do conhecimento, utilizou-se o método

denominado *Storytelling*, com o objetivo de obter relatos de pessoas que participaram ou vivenciaram o Movimento Shindo Renmei na região de Marília, Estado de São Paulo, de modo a propiciar o resgate de parte da memória dessa organização.

- 8) “Novos cenários tecnológicos para gestores de bibliotecas universitárias públicas”, de Maira Nani França e Angela Maria Grossi de Carvalho. A finalidade deste artigo foi apresentar as principais ideias que norteiam e configuram a gestão de bibliotecas universitárias públicas, especificamente no que se refere às inovações tecnológicas.
- 9) “A atividade de produção de informações estratégicas: o caso da gestão comercial das empresas de mídia impressa em Brasília”, de Karla Lustosa de Mello Carvalhal e Rogério Henrique de Araújo Júnior. A pesquisa pretendeu preencher a lacuna existente de estudos em organizações de mídia impressa, relevantes na Sociedade da Informação sob a ótica da Ciência da Informação.
- 10) “Mecanismos de busca e as implicações nos aspectos de privacidade”, de Elaine Parra Affonso, Silvana Drumond Monteiro, Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti e Ricardo César Gonçalves Sant’Ana. Este trabalho tem o objetivo de explicitar questões de privacidade, considerando aspectos de consciência e controle do usuário no processo de coleta de dados por parte dos mecanismos de busca.
- 11) “Adestrando o elefante: uma abordagem ortodoxa do Princípio da Proveniência”, de Peter Horsman. Este artigo explica os principais argumentos para esse debate e apresenta novas interpretações para os arquivos criados no século XX, propiciando uma reflexão atual também no que concerne aos documentos arquivísticos produzidos em ambiente digital, afirmando que o princípio é sobre o respeito ao contexto de criação e arquivamento.

Desejo uma ótima leitura e até o nosso próximo número!

Referências

BIBLIOTECA NACIONAL (Rio de Janeiro). **Missão da Biblioteca Nacional Digital**. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/?sub=missao/> Acesso em: 23 maio 2017.

CUNHA, Murilo Bastos da. Bases de dados no Brasil: um potencial inexplorado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 45-57, jan. /jun. 1989. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/322>>. Acesso em 23 maio 2017.

LUSKAY, Jack R. The White House Conference on Library and Information Services, November 15-19, 1979: A Report. **School Media Quarterly**, v. 8, n. 3, p. 137-152 Spring 1980.